

ENTREVISTA // ROBERTO ROMANO

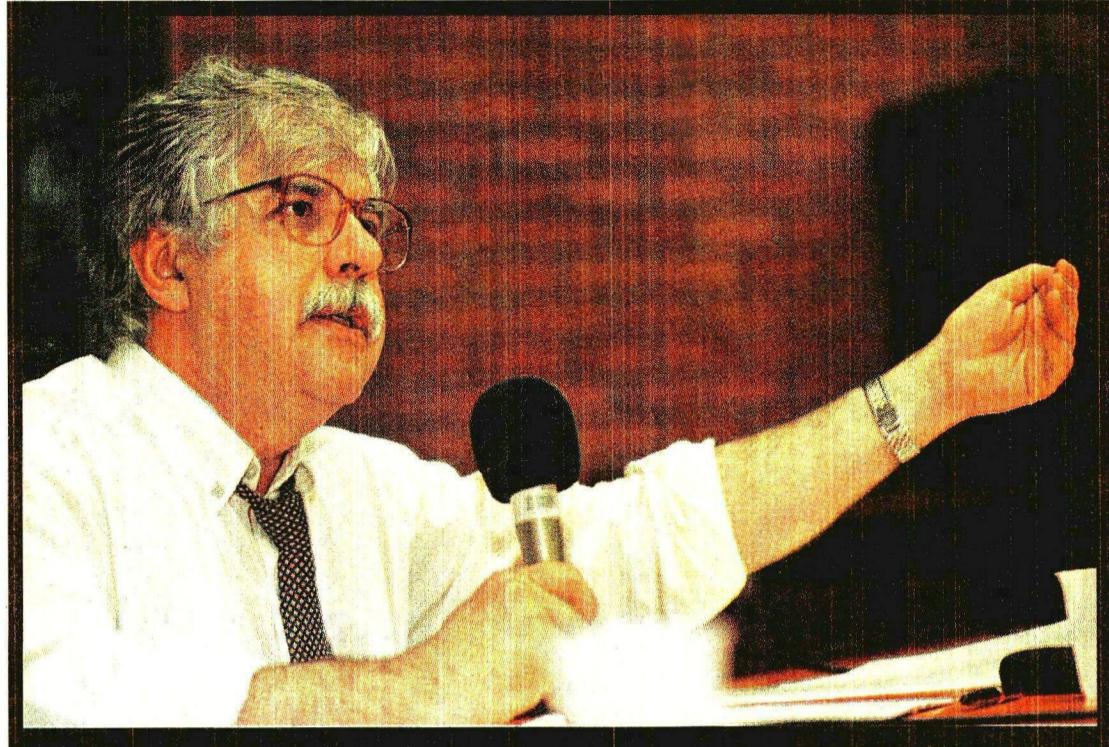
Professor de Ética da Unicamp se diz assustado com as denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça do DF

RENATO FERRAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

O filósofo Roberto Romano, professor titular de ética e de filosofia política da Universidade de Campinas (Unicamp), esteve em Brasília no início da semana e deparou-se com as notícias publicadas pelo Correio Braziliense sobre o suposto envolvimento de juízes e desembargadores do Distrito Federal com a venda de habeas corpus. "Fiquei assustado e muito preocupado", contou. "Se um juiz comete irregularidades no centro

do poder, numa distância pequena dos prédios do Supremo, do Executivo, do Congresso, isto indicaria insuspeitadas ramificações de corrupção no Estado federal, o que ameaça a fé pública de modo singular." Romano culpa uma influência do Executivo sobre os demais poderes — que resulta em iniciativas como o foro privilegiado — por boa parte das mazelas registradas nos três Poderes e se declara a favor de controle externo para o Judiciário. "Desde que este controle não se transforme em arma e chantagem dos outros poderes contra o Judiciário", diz ele.

Adauto Cruz 19.5.01



Cidadania ameaçada

CORREIO BRAZILIENSE — Nos últimos meses apareceram várias denúncias envolvendo juízes. O Judiciário é, enfim, a bola da vez nesse processo de depuração das instituições brasileiras?

ROBERTO ROMANO — É preciso dar atenção a uma peculiaridade na história política brasileira. Até hoje cabe ao presidente da República nomear ministros do STF, peça-chave de todo o aparato judicial. Tudo o que ocorre no Executivo brasileiro, em termos positivos ou negativos, repercute de imediato nos outros poderes. Trata-se de uma engenharia política delicada. O presidente é guindado ao ápice da vida estatal, mas deve zelar pela boa ordem das outras duas faces políticas. Se ele não for um estadista que entenda esta peculiaridade, tenta ultrapassar os limites de um moderador e passa ao combate ou à cooptação dos outros poderes. E semelhante costume produz leniência ética e aceitação de privilégios. A atribuição do foro privilegiado aos políticos, iniciativa do governo Fernando Henrique assumida pelo atual presidente e proclamada pelo Legislativo, entra nesta lógica, cujo resultado só pode ser a corrupção permanente, neste ou naquele setor do Estado.

CORREIO — E o fato de juízes e desembargadores da capital brasileira estarem supostamente favorecendo traficantes...

ROMANO — Se um juiz de pequena comarca prevarica, a repercussão sobre o país é limitada. Se um magistrado comete irregularidades no centro do poder, numa distância pequena dos prédios do STF, do Executivo, do Parlamento, ele desafia o decoro com mais potência. Isto indicaria insuspeitadas ramificações de corrupção no Estado federal, o que ameaça a fé pública de modo singular. Ética sempre se pratica com exemplos, dizem Platão e Spinoza, os grandes autores éticos do Ocidente. Se o exemplo é negativo, indecoroso, os valores são rompidos com mais eficácia, sem remédio.

CORREIO — A que o senhor atribui o surgimento de tantas denúncias?

ROMANO — O Judiciário é o que menos possui, no meu entender, problemas de monta em termos de corrupção. Mas

note-se que há arrogância de muitos juízes, a pretensão de estar acima da cidadania — e isso produz ressentimentos contra toda a corporação. Juízes são pessoas humanas. Se jamais errassem, seriam anjos.

CORREIO — Mas por que estes agem assim?

ROMANO — Boa parte dessa atitude deve-se à falta de compromisso com a cidadania que impera nas universidades brasileiras. Pobre, rico, ou remediado, o indivíduo que penetra o espaço dos campi não é ensinado a respeitar o povo que paga seus estudos e mantém todo o aparelho estatal. Com a posse do diploma, o único compromisso dos nossos bacharéis, doutores, mestres, é com a sua ascensão social ou política, quase sempre idênticas. O diploma abre o espaço para a ambição sem peias. Quem se julga acima do povo soberano, e o despreza, cedo ou tarde imagina-se superior à lei.

CORREIO — Sempre que uma instituição entra em crise vem a questão: há ética funcional, ética específica para um poder ou outro? Como a sociedade pode controlar as ações desses juízes?

ROMANO — A ética tem sido vista como receituário de valores e de atitudes. Este é um erro grave. Cada setor social constrói

uma ética própria, na maior ou menor temporalidade gasta para a sua gênese e reprodução. Cada uma destas éticas se aproxima dos valores universais perseguidos pela filosofia com auxílio das ciências, da religião etc. No caso da corrupção, a transparência democrática é o grande imperativo categórico. Se algo não pode ser exposto aos olhos da cidadania (salvo nos casos extremos de perigo coletivo) é preciso desconfiar.

CORREIO — Por falar nisso, o senhor é a favor ou contra ao controle externo do Judiciário?

ROMANO — Sou favorável, desde que este controle não se transforme em arma e chantagem dos outros poderes contra o Judiciário. Ou mesmo em possível ingerência de poderes sociais (empresários, sindicatos, etc.) na magistratura. Antes de se pensar em novas instituições de controle, penso que mais adequado seria democratizar a distribuição dos poderes na República, atenuando-se a força do Executivo. Por exemplo: caso os cargos do STF fossem providos por pessoas com progressão na carreira, e não por vontade política do presidente, com certeza a instituição da Justiça seria mais relevante do que nos dias de hoje. E o controle recíproco dos poderes, sonho de Montesquieu, estaria mais próximo.

ENTENDA O CASO

Investigação de juízes

Os desembargadores Pedro Aurélio Rosa de Farias e Wellington Medeiros foram investigados em sindicância no Tribunal de Justiça do Distrito Federal

PEDRO AURELIO

● A suspeita do envolvimento de Pedro Aurélio começa com a concessão de *habeas corpus* ao traficante Alexandre de Lima e Silva, conhecido como Chaves

● A negociação teria acontecido a partir do advogado do traficante, Manoel Barreto Pinheiro, foragida da Justiça

● Os pais do traficante contam, em depoimento ao Ministério Público, o "esquema" de venda de *habeas corpus* e citam Pedro Aurélio

WELLINGTON MEDEIROS

● O resultado da sindicância aberta no TJDF relaciona o desembargador Wellington Medeiros com a grilagem de terras públicas

● Medeiros é suspeito de favorecer os irmãos Pedro e Márcio Passos com sentenças favoráveis à grilagem de terras públicas no Distrito Federal

● O relatório da sindicância relaciona 26 gravações feitas com autorização da Justiça com as supostas negociações de sentença